



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Cargo: CONTADOR *(Atualizado em 09/01/2014)*

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Administrar os tributos; registrar atos e fatos contábeis; controlar o ativo permanente; gerenciar custos; preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administrar o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores e realizar perícia. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

ESCOLARIDADE: Curso superior em Ciências Contábeis

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 - Define as atribuições do Contador. Decreto-Lei nº 9.710, de 03 de setembro de 1946 - Dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295/46. Lei nº 570, de 22 de dezembro de 1948 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295/46. Registro no Conselho competente.

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso para este cargo constará de uma prova objetiva com 60 (sessenta) questões cada uma valendo 2 (dois) pontos, num total de 120 (cento e vinte) pontos.

A prova objetiva compreenderá parte de Conhecimentos Gerais com 10 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Raciocínio Lógico e Quantitativo, 5 questões de Legislação e 5 questões de Informática. E ainda a parte de Conhecimentos Específicos contendo 30 questões.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Auditoria: 1. Noções gerais sobre auditoria: conceituação; objetivos. 2. Distinção entre auditoria interna e auditoria externa ou independente. 3. Normas Profissionais do Auditor Independente. 4. Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. 5. Normas aplicáveis à Auditoria Interna. 6. Procedimentos de auditoria: aplicação; planejamento; amostragem; relevância; riscos, continuidade normal das atividades da entidade; contingências; supervisão; controle de qualidade. 7. Papéis de trabalho: objetivos; tipos; técnicas de elaboração; codificação e arquivamento; revisão; controle físico; guarda. 8. Relatório de Auditoria: normas; conteúdo; tipos. 9. Controle interno: conceito; responsabilidade e supervisão; rotinas internas; aspectos fundamentais dos controles internos (relação custo-benefício, definição de responsabilidade e autoridade, segregação de funções, acesso



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

aos ativos, comprovações e provas independentes, método de processamento de dados). 10. Tipos de auditoria: auditoria de sistemas, auditoria contábil, auditoria operacional, auditoria administrativa, auditoria ambiental, auditoria governamental, auditoria da gestão pela qualidade, auditoria de folha de pagamento e auditoria especial (conceito, características, normas e procedimentos específicos). 11. Fraudes e erros: conceitos; responsabilidades; detecção; efeitos no Parecer do auditor; comunicação. 12. Auditoria Contábil: estimativas contábeis; transações com partes relacionadas; transações e eventos subsequentes; continuidade operacional; representações formais; contingências; presunção de omissão de receitas; ativos ocultos ou fictícios; passivos ocultos ou fictícios; saldo credor na conta caixa; suprimentos não comprovados; diferenças em levantamentos quantitativos por espécie; diferenças em levantamentos econômicos ou financeiros; omissão do registro de pagamentos efetuados; auditoria de transações com mercadorias e serviços; auditoria dos componentes patrimoniais: ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante, patrimônio líquido; auditoria das contas de resultado: receitas, despesas e custos. 13. Auditoria do balanço: Auditoria das demonstrações contábeis, considerando as notas explicativas. 14. Aplicação prática da auditoria: Procedimento específico para cada elemento do ativo; Procedimento específico para as exigibilidades; Auditoria das contas componentes do patrimônio líquido; Auditoria das contas de custos, despesas e receitas. 15. Tipos de Teste em Áreas Específicas das Demonstrações Contábeis: Caixa e Bancos, Clientes, Estoques, Investimentos, Imobilizado, Intangível, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Patrimônio Líquido, Receitas, Despesas e Custos, Seguros, Folha de Pagamentos.

Auditoria Governamental: 1. Auditoria Governamental. 1.1. Finalidade da Auditoria Governamental. 1.2. Pressupostos dos Atos e Fatos na Gestão Pública. 1.3. Objetivos da Auditoria Governamental. 1.4. Abrangência da Auditoria Governamental. 1.5. Formas de Execução da Auditoria Governamental. 1.6. Tipos de Auditoria Governamental. 2. Controles internos. 2.1. Tipos, objetivos, princípios, testes substantivos e de aderência. 2.2. Órgãos Normalizadores de Controle Interno. 2.3. Principais Metodologias de Controle. 2.4. Controle Interno na Administração Pública. 2.5. Importância do Controle em uma gestão pública voltada para resultados. 3. Normas técnicas. 3.1. Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de outras entidades reguladoras e fiscalizadoras. 4. Controle na administração pública. 4.1 Abrangência. 5. Tomadas e prestações de contas. 6. Relatórios, pareceres, certificados e outros documentos de expressão da opinião e das recomendações dos auditores e dos responsáveis pelo controle.

Contabilidade aplicada ao Setor Público: 1. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: conceito, objeto, campo de aplicação e princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público. 2. Orçamento Público: conceito, classificação, princípios e elaboração. 3. Receita Pública: conceito,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

classificação, estágios e dívida ativa. 4. Despesa Pública: conceito, classificação, estágios e restos a pagar. 5. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e lançamentos contábeis. 6. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). 7. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16). 8. Suprimento de Fundos. 9. Lei nº 4.320/64 e suas alterações. 10. Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000 (Lei Complementar) e suas alterações. 11. Lei das Licitações e Contratos Públicos – Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, incluindo Pregão instituído pela Lei nº 10.520/2002 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005. 12. Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Contabilidade de Custos: 1. Conceitos, objetivos e finalidades da Contabilidade de Custos. 2. Classificação e nomenclatura dos custos. 3. Controle e registro contábil de custos: Apuração do Custo dos Produtos, Mercadorias ou Serviços Vendidos. Custos com mão-de-obra direta e indireta. Alocação dos custos com mão-de-obra, matéria-prima, material secundário e material de embalagem. Custos com Materiais Diretos e Indiretos. Métodos de controle de estoques de materiais. Custos indiretos de fabricação e seus critérios de rateio. Centros de Custos. 4. Métodos de custeio. 5. Sistemas de Acumulação de Custos. Custo dos Produtos Acabados. Custos dos produtos em elaboração. Equivalente de produção. Custos Conjuntos. 6. Custos para controle e para decisão: Custos reais (históricos), estimados e projetados. Custo Padrão. Componentes do custo padrão (padrões físicos e padrões financeiros).

Contabilidade Geral: 1. Objetivos, campo de aplicação e usuários da contabilidade. Especialidades e mercado de trabalho do contador. 2. Estática e dinâmica patrimonial. 3. Atos e Fatos contábeis. 4. Procedimentos contábeis. 5. Contas. 6. Método das partidas dobradas, mecanismos do débito e crédito. 7. Lançamentos. 8. Regime de caixa x regime competência. 9. Sistemas Contábeis. 10. Operações de uma empresa prestadora de serviços. 11. Balancete de verificação e apuração do resultado. 12. Operações com mercadorias. 13. Impostos e Contribuições sobre a Receita Bruta. 14. Critérios de Avaliação de Estoques. 15. Livros de Escrituração: Contábeis e Fiscais. 15.1 Erros de escrituração e modos de corrigi-los. 15.2 Plano de Contas. 16. Operações Financeiras. 17. Avaliação de investimentos: Temporários e Permanentes. 17.1. Ativo Não Circulante: Conceito, Avaliação, Classificação. Equivalência Patrimonial. 18. Depreciação, Amortização e Exaustão. 19. Venda de ativos diversos (ganhos e perdas). 20. Patrimônio Líquido. 21. Avaliação de Ativos e Passivos: Custo histórico. Custo Corrente. Valor realizável. Valor presente. Valor justo. Valor recuperável de ativos. Atualização monetária. 22. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes: Conceito, critérios de avaliação de contingências, contingências ativas, contingências passivas. 23. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Demonstração das Mutações do



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas.

Perícia contábil: 1. Conceito. 2. Execução. 3. Procedimentos. 4. Planejamento. 4.1 Objetivos. 4.2 Desenvolvimento. 4.3 Riscos e custos. 4.4 Equipe técnica. 4.5 Cronograma. 4.6 Conclusão. 5. Termo de diligência. 5.1 Aplicabilidade. 5.2 Estrutura. 6. Laudo e parecer pericial contábil. 6.1 Apresentação do laudo e do parecer pericial contábil. 6.2 Terminologia. 6.3 Estrutura. 6.4 Assinatura em conjunto. 6.5 Laudo e parecer de leigo ou profissional não habilitado. 6.6 Esclarecimentos do laudo e do parecer pericial contábil em audiência. 6.7 Quesitos e respostas. 6.8 Quesitos novos. 7. Aplicações práticas de perícia contábil: apuração de haveres, inventários, prestações de contas, contratos financeiros, cálculos periciais.

Perito contábil: 1. Conceito. 2. Competência profissional. 3. Habilitação profissional. 4. Educação continuada. 5. Independência. 6. Impedimento e Suspeição. 6.1 Impedimento legal 6.2 Impedimento técnico-científico. 6.3 Suspeição. 7. Sigilo. 8. Responsabilidade. 8.1 Responsabilidade e ética. 8.2 Responsabilidade civil e penal. 9. Zelo profissional. 10. Esclarecimentos. 11. Utilização de trabalho de especialista. 12. Honorários.

5. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. *Perícia contábil*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Marcelo C. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, Willian. *Auditoria interna*. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2007.

BARRETO, Davi; GRAEFF, Fernando. *Auditoria: teoria e exercícios comentados*. 2. ed. Método, 2011, (Série Teoria e Questões).

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2012.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 2002. (Tradução de: *Modern Auditing*. 7. ed. 2001).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. *Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns*. Brasília. 2000.

_____. *Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências*. Brasília. 2005.

_____. *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. Brasília, 1964.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Brasília, 1976.

____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. *Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*. 1993.

____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. *Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências*. Brasília, 2002.

____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Brasília, 2000.

____. *Manuais de contabilidade aplicada ao setor público*. Brasília: MF, STN, 2012. Válidos para o exercício de 2013. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>>.

____. *Sistema de Custos do Governo Federal: O que é? Para que serve? E como isso afeta meu dia a dia?* Brasília: MF, STN, 2013. Disponível em: <http://gcap.edubit.com.br/wp-content/uploads/2012/08/Cartilha_Sistema_de_Custos_do_Governo_Federal.pdf>

CASTRO. Domingos Poubel de. *Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão - planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TG - geral -normas completas, NBC TG –estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42)* Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011.

____. *Normas Brasileiras de Contabilidade: perícia contábil: NBC TP 01 e NBC PP 01*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

____. *Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica – NBC TA*.

____. *Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Interna – NBC TI*.

____. *Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais do Auditor Interno – NBC PI*.

____. Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993. *Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC)*. Brasília, 1993.

____. Resolução CFC nº 1.111, de 05 de dezembro de 2007. *Aprova o Apêndice II à Resolução sobre os Princípios de Contabilidade*. Brasília, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- ____. *Resolução CFC nº 1.128*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.129*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.130*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.3 - Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.131*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.4 - Transações no Setor Público*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.132*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.5 - Registro Contábil*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.133*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.134*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.135*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.8 - Controle Interno*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.136*, de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.137* de 25 de novembro de 2008. *Aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público*. Brasília, 2008.
- ____. *Resolução CFC nº 1.268*, de 21 de dezembro de 2009. *Altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público e dá outras providências*. Brasília, 2009.
- ____. *Resolução CFC nº 1.282*, de 28 de maio de 2010. *Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade*. Brasília, 2010.
- ____. *Resolução CFC nº 1.366*, de 25 de novembro de 2011. *Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público*. Brasília, 2011.
- ____. *Resolução CFC nº 1.437*, de 02 de abril de 2013. *Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público*. Brasília, 2013.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. *Manual de perícia contábil*. Porto Alegre: Comissão de Estudos de Perícia Contábil, 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

____. *Normas Brasileiras de Contabilidade: auditoria independente, auditoria interna, perícia contábil*. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2013.

CREPALDI, Silvio A. *Auditoria Contábil: teoria e prática*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAIS, Henrique Hermes Gomes de. *Controle interno e auditoria governamental*. Minas Gerais: Controladoria Geral do Estado (CGE). 2012. Disponível em: http://www.controladoriageral.mg.gov.br/downloads/doc_download/120-apostila-controle-interno-e-auditoria-governamental-pdf-720-kb.

GRAMLING, Audrey A; RITTENBERG, Larry E; JONHSTONE, Karla M. *Auditoria*: tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. *Contabilidade de custos*. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LONGO, Cláudio Gonçalo. *Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; GELBKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coords.). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade forense: princípios e fundamentos*. São Paulo: Atlas, 2012.

SZUSTER, Natan et al. *Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WANDERLEY, Carlos Alexandre N. *Auditoria: teoria e mais de 590 questões comentadas*. 2. ed. Editora Ferreira, 2013 (Série Concursos).

OBSERVAÇÕES: A constituição Federal, as Leis e Decretos podem ser obtidos no endereço eletrônico: < <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao> >. Resoluções do CFC no endereço eletrônico: <<http://portalcfc.org.br/legislacao/>>.

Informações sobre contabilidade pública, plano de contas etc, no endereço eletrônico: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica>>.

Pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no endereço eletrônico: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>.

Notas:

- (1) Os textos legais citados na bibliografia devem ser considerados com as respectivas alterações promovidas até 30 (trinta) dias antes da realização do concurso.
- (2) Os candidatos deverão considerar as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).